

José Luis Bendicho Beired

(Departamento de Historia, Universidad Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho», Campus de Assis, San Pablo, Brasil)

A emergência de novas correntes políticas e ideológicas a partir da Primeira Guerra Mundial constituiu um processo de notável repercussão na América Latina. Para grande parte da opinião pública latino-americana, a guerra representava o corolário da crise do sistema liberal, contribuindo para alimentar as críticas aos regimes oligárquicos e a formulação de propostas de transformação da realidade. No Brasil, os questionamentos da ordem liberal-oligárquica tiveram como expressão mais evidente as revoltas tenentistas, a fundação do Partido Comunista e do Partido Democrático de São Paulo, a ação do movimento sindical, o surgimento de vanguardas estéticas e o desenvolvimento de correntes ideológicas autoritárias. A crise dos anos vinte teve como desenlace a Revolução de 1930, conduzida por Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, que ao assumir o poder presidencial pôs em questão as estruturas da Primeira República e abriu uma conjuntura de inflexão da vida nacional.

Os anos subseqüentes foram repletos de disputas políticas, batalhas ideológicas e confrontos culturais, em que os intelectuais estiveram movidos pela certeza de que estavam vivendo sob uma conjuntura decisiva para reorientar o futuro da história brasileira. Nesses anos de recomposição das elites dirigentes nacionais, os intelectuais foram introduzidos no centro dos acontecimentos nacionais, na qualidade produtores ideológicos, de lideranças públicas e de altos funcionários do aparelho estatal. Passaram a deter um poder jamais visto na história republicana e, desde então, adquiriram um lugar especial no Estado e na vida pública brasileira.

Distribuídos entre as várias posições do campo ideológico, parcelas majoritárias desses intelectuais sustentaram bandeiras nacionalistas e antiliberais, cujas características permitem afirmar que se tratava de uma nova direita política. O nacionalismo não era uma novidade no Brasil, aonde tal tendência vinha se manifestando de modo crescente desde o início do século XX sob a forma de ligas e publicações, embora situadas nos marcos do liberalismo. Entretanto, o nacionalismo foi se revestindo de contornos cada vez mais autoritários ao longo dos anos vinte, sob o influxo da crítica dos intelectuais ao status quo liberal-oligárquico e do despertar de uma nova sensibilidade ideológica e cultural marcada pelo ceticismo em relação aos fundamentos liberais da civilização ocidental.

Em sincronia com a ascensão da extrema-direita europeia, no Brasil estabeleceram-se as condições para o desenvolvimento de uma ampla corrente política e intelectual, que defino como direita nacionalista ou nacionalismo de direita. Diferentemente do nacionalismo anterior de índole liberal, a direita nacionalista se pautava pelo seu caráter militante e programático com vistas a promover a salvação da nação¹, mediante um conjunto variado de ações que iam da participação no aparelho de Estado à organização de movimentos políticos, passando pela publicação de jornais, revistas e livros. Acentuadamente antiliberal, nacionalista, estatista e corporativista, essa direita nacionalista era essencialmente nova: rompia integral e declaradamente seu compromisso com o padrão da direita preexistente no Brasil – caracterizada pela adesão às práticas oligárquicas nos marcos do Estado liberal – ao mesmo tempo em que se sentia profundamente envolvida com as transformações que agitavam o mundo. Assim, diferentemente da direita liberal – incluindo sua versão liberal-oligárquica, predominante na América Latina – estamos falando de uma direita autoritária, uma vez que seu perfil ideológico situava-se entre o democrático liberal e o totalitário, nos termos propostos por Juan Linz².

Por que a nossa ênfase na atuação dos intelectuais? Consideramos que o papel dos intelectuais na emergência e desenvolvimento das correntes autoritárias latino-americanas ainda não foi devidamente dimensionado pelos estudiosos da história política e intelectual. Uma primeira aproximação permite constatar que os intelectuais estiveram à frente da articulação da direita autoritárias nos países latino-americanos, notadamente o Brasil, Argentina

¹ Lucia Lippi Oliveira, *A questão nacional na Primeira República*, São Paulo, Ática, 1990, p. 145.

² Juan Linz, «Totalitarian and authoritarian regimes», in Fred Greenstein & Nelson Polsby (eds.), *Handbook of Political Science, v. 3: Macropolitical Theory*, Reading, Massachusetts, Addison-Wesley Publishing Company, 1975, pp. 277- 285; 306-313.

e Chile, além do Peru e do México³. Além disso, como em diversos países europeus, os intelectuais latino-americanos foram os primeiros agentes sociais a assimilar e desenvolver uma sensibilidade orientada na direção dos emergentes parâmetros de direita, assumindo a tarefa de repensar os problemas nacionais a partir de novas perspectivas⁴.

A década de 1920 foi deveras fecunda culturalmente, como evidenciou a ampliação do mercado editorial e o surgimento de vanguardas modernistas nos vários campos das artes e da literatura, tendo como exemplo mais emblemático a Semana de Arte Moderna de 1922, a refletir o conjunto de transformações pelas quais o país vinha passando. A partir dessa década tornou-se imperativo entre a maioria dos intelectuais o desejo de modernizar o Brasil em suas várias dimensões, de forma articulada à afirmação da sua identidade cultural. Um dos problemas centrais era própria formação da nação brasileira, considerada incompleta devido a múltiplos fatores, dos quais destacavam-se: a carência de verdadeiras elites dirigentes, a importação de modelos políticos e culturais incompatíveis com o Brasil, a existência de um povo mergulhado na ignorância e nas doenças, assim como nas taras inerentes às «raças» tidas como inferiores e refratárias ao progresso, isto é os índios e principalmente os negros e mulatos.

Os intelectuais dos anos vinte e trinta consideravam-se uma «geração sacrificada», conforme uma definição dramática do escritor Cândido Mota Filho. Nascidos após a queda da monarquia eles se colocaram a tarefa de romper com o isolamento social e político a que tinham estado relegados desde o início do regime republicano inaugurado em 1889⁵. As tarefas que essa geração se colocou eram hercúleas, uma vez que a realidade brasileira era encarada como terrivelmente desoladora e contraposta a tudo que seus integrantes pensavam e almejavam para o país⁶. A sua missão seria a

³ Na Argentina, os intelectuais são muitos, destacando-se Julio e Rodolfo Irazusta, Ernesto Palacio, Manuel Gálvez, Leopoldo Lugones, Marcelo Sánchez Sorondo entre outros. No Peru, foram importantes José de la Riva-Agüero, Victor Andrés Belaunde e Francisco García Calderón. No México, José Vasconcelos, durante a década de 1930. Para uma análise comparativa entre Brasil e Argentina, ver José Luis Bendicho Beired. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. 1914–1945*, São Paulo, Loyola, 1999.

⁴ Ver Ilam Rachun, «Intellectuals and the emergence of the Latin American Political Right, 1917–1936», in *European Review of Latin American Studies*, 54, junho 1993, p. 96.

⁵ Constituído por vários autores, *À margem da história da república*, é um livro paradigmático da situação dos intelectuais brasileiros dos anos vinte. Seus ensaios expressam as mudanças do meio intelectual no sentido da adoção de tomadas de posição incisivas em relação à vida pública. Cf. A. Carneiro Leão, *À margem da história da república*, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924.

⁶ A. Carneiro Leão, op. cit., p. 348.

de regenerar o Brasil, colocar o seu saber e a sua ação a serviço da constituição da nacionalidade. Num primeiro momento, na década de vinte, os intelectuais manifestaram-se basicamente reivindicando a liderança moral da nação, enquanto elite mais capacitada para diagnosticar problemas e propor soluções. A Revolução de 1930 produziu uma guinada no seu comportamento, pois a partir de então passaram a reivindicar também a liderança política do país, num contexto de ruptura do status quo e de recomposição das classes dirigentes⁷.

A circulação das elites em um país de sociedade civil desarticulada, em meio a um cenário de profundas alterações políticas e econômicas mundiais, acabou por estimular o fortalecimento do papel ideológico e do poder político dos intelectuais durante os anos 30. Esse novo lugar traduziu-se na sua participação em organizações políticas, em empreendimentos culturais e no ingresso maciço dessa camada no interior do aparelho de Estado, mediante a ocupação de postos estratégicos na área educacional, cultural, jurídica e de propaganda.

Ora, o que se assistia não era senão um processo de formação de uma *intelligentsia* no Brasil, como bem assinalou Luciano Martins. Essa camada de homens cultos, críticos da realidade nacional, atuantes no campo cultural e fortemente sensíveis às questões políticas, foram tomando consciência crescente da sua particularidade como categoria social específica e autônoma, ao mesmo tempo que dotada de uma missão regeneradora no interior da sociedade brasileira⁸. Pela quantidade dos seus integrantes e a intensidade das suas atividades públicas, os intelectuais conformavam um campo específico no interior do espaço social, nos termos sugeridos por Pierre Bourdieu⁹, ainda que não houvesse uma total autonomia do campo intelectual em relação ao Estado. Em vista da incipiência do mercado de bens culturais, os intelectuais viam-se freqüentemente na contingência de depender dos favores do Estado não só para sobreviver materialmente, mas também para conquistar ascensão social e profissional por meio do exercício de funções culturais, ideológicas e burocráticas.

Durante os anos 30 vigorou entre os intelectuais brasileiros o sentimento de que eles deveriam tomar as rédeas dos destinos do Brasil. Baseava-se na crença de que a categoria dos intelectuais constituía a elite das elites

⁷ Para uma síntese do processo político do período, ver Waldo Ansaldi, «Ni rojo ni verde: verde e amarelo. Brasil en los años treinta», en: Waldo Ansaldi (ed.), *Tierra en llamas, América Latina en los años 1930*, La Plata, Ediciones al Margen, 2002, p. 13 – 38.

⁸ Luciano Martins, «A gênese de uma *Intelligentsia*. Os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940», in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Nº 4, vol. 2, junho de 1987.

⁹ Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

no país, isto é, o único grupo social capaz de diagnosticar os problemas nacionais e propor os rumos do futuro. Não é fortuito que um dos aspectos mais marcantes da intelectualidade brasileira desde fins do século XIX tenha sido a adoção de uma visão naturalista da sociedade, cujos problemas apenas podiam ser decifrados por uma elite culta. De tal forma, a posse de conhecimentos que possibilitavam estabelecer diagnósticos e alternativas foi um dos principais argumentos em favor do papel de elite dirigente que os intelectuais se auto-conferiam e que esperavam fosse acolhido como legítimo quer pela sociedade, quer pelo Estado. Em suma, os intelectuais acreditavam constituir o espaço social privilegiado da consciência nacional, o lugar a partir de onde esta se irradiava para o restante da sociedade. Como já assinalado por Daniel Pécaut, os intelectuais extraíam sua legitimidade do fato de que falavam e atuavam em nome de um imperativo nacional do qual apenas eles supunham ter consciência, e era a partir disso que se proclamavam como elite autônoma. Em torno da missão de regenerar o país e construir a nação organizou-se um universo de debates políticos que, manifestando divisões, mas também consenso em torno da questão nacional, terminou por conferir aos membros da elite intelectual a possibilidade de um reconhecimento mútuo baseado na mesma vocação de ser uma elite dirigente¹⁰.

FONTES IDEOLÓGICAS E COMPOSIÇÃO DA DIREITA NACIONALISTA

A direita nacionalista constituiu um amplo setor do campo intelectual, cuja importância na vida pública foi crescente na passagem dos anos vinte para os anos trinta. Embora os nacionalistas de direita convergissem em muitos aspectos ideológicos e políticos, boa parte das suas idéias eram conflitantes, ao mesmo tempo em que seus quadros concorriam entre si tanto na disputa por projeção no espaço público quanto por cargos e influência junto ao aparelho de Estado. Tais divisões evidenciavam a existência de diferentes correntes –ou pólos ideológicos– no interior da própria direita nacionalista, as quais na minha interpretação eram em número de três: católica, fascista e cientificista¹¹.

O movimento de «reação católica» desenvolveu-se na década de 1920 sob a liderança de Jackson de Figueiredo, fundador da revista *A Ordem* (1921)

¹⁰ Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil*, São Paulo, Ática, 1990, p. 41. Com tal perspectiva, suas ações e preocupações estiveram muito mais voltados para o Estado do que para a sociedade, pois o Estado era o lugar a partir do qual dever-se-ia regenerar o povo e construir a nação.

¹¹ A rigor tratava-se de um subcampo do campo intelectual brasileiro, que por motivos práticos denomino como campo da direita nacionalista. Cf. José Luis Bendicho Beired, *op. cit.*, pp. 21 – 23.

e do Centro Dom Vital (1922), ambos sediados no Rio de Janeiro. Tanto a revista quanto o Centro visavam funcionar como espaço de articulação do laicato católico com vistas a reverter o longo processo de perda de poder da Igreja no cenário político brasileiro e a lutar contra as forças que ameaçavam a religiosidade e a ordem social. Admirador de Charles Maurras e fundamentado no pensamento contra-revolucionário do século XIX, em especial Louis de Bonald, Joseph de Maistre, Jackson de Figueiredo definia o catolicismo como a principal base da tradição cultural brasileira, a pedra angular de uma nacionalidade que só poderia ser reabilitada da dissolução por meio de uma «revolução espiritual». Com a sua morte prematura em 1928, as funções de direção do laicato foram empunhadas por Alceu Amoroso Lima, brilhante escritor e crítico literário que nas décadas seguintes seria o principal intelectual católico brasileiro. Culto e agnóstico na juventude, quando suas principais influências eram o evolucionismo, o hegelianismo e o vitalismo, uma crise existencial levou-o a estabelecer um longo intercâmbio epistolar com Jackson de Figueiredo, num percurso que o aproximou da filosofia católica e desembocou na sua conversão religiosa em 1928. Não deixa de ser relevante que tanto Jackson de Figueiredo quanto Amoroso Lima tenham abraçado a causa católica depois de passarem por um processo de conversão, o que tornava mais ardente a adesão à nova postura. À frente do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, Amoroso Lima –também conhecido como Tristão de Ataíde– logrou desenvolver um bem sucedido projeto de defesa dos interesses católicos, a ponto de tornar o laicato numa importante fonte de recrutamento de quadros da burocracia estatal e num interlocutor indispensável nas articulações políticas durante a era Vargas.

Sob vários aspectos, a ação de Amoroso Lima representou uma inflexão em relação à liderança de Jackson de Figueiredo. Este possuía uma concepção tradicionalista e uma atividade voltada para o público intelectual, ao passo que o seu sucessor possuía uma visão católica de mundo mais moderna e aberta às transformações históricas, assim como delineou uma estratégia de defesa dos interesses católicos que ia além dos intelectuais, ao desdobrar-se sobre o Estado e os processos eleitorais¹². Os intelectuais católicos não

¹² Exemplo da visão modernizante, Amoroso Lima não via incompatibilidade entre a modernização técnica da sociedade industrial e a organização da sociedade em moldes cristãos, assim como recusava as idéias de retorno a um passado idealizado, freqüentemente associado à Idade Média na literatura católica da época, como evidenciado por Nicolau Berdiaeff, *Un Nouveau Moyen Age*, Paris, Plon, 1930. A intervenção na política evidenciou-se na formação da Liga Eleitoral Católica (L.E.C.) para orientar o eleitorado para o pleito de 1933, com vistas a eleger os políticos comprometidos com o programa católico para compor a Assembléia Constituinte.

organizaram partidos ou movimentos, atuando fundamentalmente através da imprensa, das suas revistas –das quais A Ordem era a mais importante– e dos contatos pessoais com os quadros da elite intelectual e política.

Nos anos trinta desenvolveram-se diversas agrupações fascistas no Brasil, tais como Legião Cearense do Trabalho, Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), Partido Nacional Sindicalista, o movimento monarquista Ação Imperial Patrionovista, das quais a Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) foi de longe a mais importante. Esta última destacou-se das outras tanto pelo número de militantes e por sua grande influência política quanto pela atração que exerceu sobre um conjunto de jovens intelectuais que nos anos seguintes obteriam destaque na vida pública. Dentre os mais relevantes figuravam o fundador e líder máximo do movimento, o escritor Plínio Salgado, que participara na década de 1920 do movimento literário modernista, na condição de integrante da corrente nacionalista e de direita representada pelo grupo Verdeamarelo, além de Gustavo Barroso, Miguel Reale e Olbiano de Melo, os quais ademais de ideólogos, ocuparam posições de mando na Ação Integralista Brasileira. O integralismo constituiu a principal organização fascista da América Latina e paradoxalmente foi o primeiro movimento e partido de massas da história republicana, conforme expressam as cifras relativas à sua estrutura organizativa. Em 1935, a A.I.B. sustentava possuir 1.123 grupos organizados em 548 municípios, com 400 mil filiados, número que saltaria para 1.352.000 em meados de 1937. Segundo Plínio Salgado, a «revolução integralista» tinha entre seus objetivos a construção de uma nação organizada, una, indivisível, forte, rica, próspera e feliz¹³. Propunha a realização de um movimento nacionalista que afirmasse o Brasil como país de síntese cultural, moral e espiritual dos variados grupos regionais e profissionais do seu extenso território. A aspiração máxima do integralismo era realizar o homem e a sociedade integrais, isto é o individuo realizado em suas justas aspirações materiais, intelectuais e morais; e a sociedade organizada de modo harmônico, preservado o equilíbrio entre as necessidades individuais e coletivas.

Os integralistas, também conhecidos como camisas-verdes –cor predominante na bandeira brasileira e expressão de nacionalismo–, utilizaram inúmeros rituais, símbolos, uniformes e métodos de socialização inspirados nos fascismos europeus. O principal símbolo do integralismo era o sigma -S-, letra grega que visava denotar o conceito de síntese do movimento e onipresente nos uniformes, bandeiras, desfiles e reuniões. O integralismo também

¹³ Plínio Salgado, «Manifesto de Outubro de 1932», in: *Obras Completas*, vol. IX, São Paulo, Editora das Américas, 1956, p. 96.

penetrava nos lares dos militantes, cujos membros eram socializados por intermédio de núcleos femininos e infantis, escolas, e até lactários mantidos pelo movimento. Ao que se somava a realização de batizados, casamentos e enterros segundo regras e o uso de símbolos definidos pelo movimento¹⁴. Enfim havia todo um conjunto de atividades que canalizavam os anseios de participação pública de uma sociedade em vias de modernização num país que se transformava rapidamente. Entretanto, tal socialização fazia ao custo da absorção da própria esfera privada dos militantes e de suas famílias pela organização do movimento, o que lhe conferia um sentido francamente totalitário. Isto era confirmado pela posição desfrutada por Plínio Salgado na qualidade de Chefe Nacional, pois dele emanava todo o poder na A.I.B. e as suas decisões eram inquestionáveis.

A ideologia integralista formava um conjunto complexo em função do ecletismo das suas fontes ideológicas e preocupações dos seus principais quadros, o que se refletia nas publicações e na organização dos militantes. Plínio Salgado possuía uma visão de mundo espiritualista, desenvolvida após o falecimento de sua jovem esposa e a sua conversão ao catolicismo no final da década de 1910, deixando para trás o agnosticismo, o materialismo e o cientificismo da juventude¹⁵; foi o líder em cujos escritos e discursos manifestou-se de maneira mais radical o anti-racionalismo e o anti-capitalismo romântico típicos do fascismo da época¹⁶. Por sua vez, Miguel Reale e Olbiano de Melo compartilhavam uma visão nacional-sindicalista, enquanto o anti-semitismo tinha seu principal expoente no escritor Gustavo Barroso. Em termos sumários, a ideologia integralista enraizava-se num nacionalismo cujas raízes remetiam à tradição romântica brasileira do século XIX, no messianismo místico de uma nova raça mestiça, na defesa dos grandes temas do pensamento autoritário brasileiro, ao mesmo tempo em que produziu uma nova síntese ao incorporar o tradicionalismo social e religioso do salazarismo e do integralismo português, o corporativismo do fascismo italiano e o anti-semitismo de inspiração nazista¹⁷.

Uma terceira corrente foi integrada por intelectuais cujas idéias apoiavam-se em argumentos científicos e laicos, cujas raízes remontavam à tradição positivista. O positivismo foi uma das mais importantes bases do pensamen-

¹⁴ Sobre os métodos de socialização ver Rosa M. F. Cavalari. *Integralismo. Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 - 1937)*, Bauru, Edusc, 1999, pp. 41-75.

¹⁵ Tal conversão foi precipitada pelo falecimento da sua esposa alguns dias depois de ter dado a luz a uma menina.

¹⁶ Zeev Sternhell et alii. *La naissance de l'ideologie fasciste*, Paris, Fayard, 1989, p. 339-340.

¹⁷ Hélijo Trindade, *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*, São Paulo, Difel, 1979, p. 279.

to social brasileiro desde fins do século XIX, tendo contribuído sobremaneira para infundir perspectivas laicas e abertas ao conhecimento científico no ambiente intelectual. Lembremos ainda que o positivismo foi compartilhado por importantes grupos que lutaram pela implantação da república no Brasil e que o Rio Grande do Sul teve um governo de orientação positivista sob o comando do governador Júlio de Castilho. Três dos mais representativos intelectuais dessa corrente foram José Francisco de Oliveira Vianna, Antonio José do Azevedo Amaral e Francisco Campos¹⁸, os quais se destacaram pela produção ideológica veiculada em livros, jornais e revistas, assim como pelo desempenho em importantes postos do governo varguista. Os três também foram as figuras mais relevantes da direita em termos da elaboração de uma nova ideologia de Estado autoritário, cujos fundamentos subsidiaram o arcabouço institucional da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Sintomaticamente, nenhum deles participou de partidos ou movimentos de massa, pelos quais tinham declarada aversão, em uma atitude coerente com a visão de que o Estado constituía o ator fundamental do processo político brasileiro. Aliás é importante lembrar que tais aspectos –a crítica dos partidos, a preferência pelos governos fortes, quando não ditatoriais e a defesa do Estado tutelar– afinavam-se com as posições dos positivistas brasileiros dos primeiros anos da república¹⁹. Desse modo, os intelectuais autoritários cientificistas afastavam-se tanto da visão transcendental do mundo inerente aos católicos quanto das posições mobilizadoras, totalitárias e anti-semitas dos integralistas, em favor de uma concepção tecnocrática e modernizadora. Sem serem cientistas sociais profissionais, mas buscando explicar a realidade mediante uma fundamentação científica, transitaram por diversas áreas do conhecimento –sociologia, mesologia, antropologia, geografia e história– e acabaram por produzir um pensamento cujas bases ecléticas eram evidenciadas pelos autores que subsidiavam suas análises: Spencer, Comte, Le Play, Lapouge, Gobineau, Le Bon, Tarde, Sorel, Mosca, Pareto, Ribot e Vidal de la Blache.

Está mais do que claro que a direita nacionalista não era monolítica. A visão aqui estabelecida visa permitir a compreensão das tomadas de posição dos intelectuais tanto no plano político quanto ideológico. Pois se é certo que

¹⁸ Nesse sentido a nossa interpretação converge com Bolívar Lamounier, «Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação», in: *História geral da civilização brasileira*, t. III, 2º vol. (dir.: Boris Fausto), São Paulo, Difel, 1977, pp. 343-374.

¹⁹ José Murilo de Carvalho, *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp. 42-65.

havia um núcleo comum de idéias aos integrantes das várias correntes, seria reducionista desconhecer a natureza das diferenças, assim como o seu papel no jogo de alianças e disputas protagonizadas pelos seus agentes. Ainda que as várias correntes nunca tenham buscado uma unidade das direitas, possuíam consciência de que eram solidárias em muitos aspectos da sua luta pela construção de um Brasil autoritário. Isso sobressaiu por exemplo, no apoio dado pelos católicos ao movimento integralista em vista do seu compromisso com a religião e o anticomunismo, assim como na evocação das idéias dos membros de uma corrente pelos integrantes das outras correntes. No final das contas, em que pesem certas derrotas –como o fechamento da AIB e a prisão de integralistas durante o Estado Novo– todos os integrantes da direita nacionalista foram aquinhoados em maior ou menor escala com cotas de poder, quer influenciando, quer participando diretamente nos anéis burocráticos do Estado varguista.

Vinculado ao Ministério do Trabalho entre 1932 e 1940, Oliveira Vianna foi o principal arquiteto da reelaboração da legislação trabalhista durante a era Vargas. A modernização da legislação do trabalho visava atender não apenas às novas exigências do desenvolvimento capitalista do Brasil, mas também consagrar o Estado como um árbitro privilegiado das relações trabalhistas de modo a eliminar os conflitos de classe e produzir um novo tipo de consenso político e social por meio da extensão dos direitos sociais²⁰. Como jornalista de renome, Azevedo Amaral foi um dos mais articulados e conscientes ideólogos do Estado Novo, como atesta o livro *O Estado autoritário e a realidade nacional*, publicado imediatamente depois da instauração do novo regime, e teve atuação destacada na revista *Cultura Política*. Fundada em 1941, essa revista era publicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão oficial do Estado Novo responsável ao mesmo tempo pela censura ideológica e pela produção e difusão de propaganda do governo varguista²¹. Sob a direção de Almir de Andrade, a revista congregou os principais ideólogos do regime e desempenhou o papel de principal referência ideológica da ditadura²². Por sua vez, Francisco Campos desempenhou várias

²⁰ As propostas de Oliveira Vianna sobre a legislação do trabalho podem ser apreciadas em *Problemas de Direito Corporativo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

²¹ Foi uma poderosa agência que durante o Estado Novo supervisionava os meios de comunicação de massa, produzia o noticiário oficial e produzia publicações, filmes, programas radiofônicos, entre outras atividades de intervenção na área cultural.

²² Ao pretender ser uma referência de alta qualidade intelectual a revista também publicou autores com orientações ideológicas diferentes da oficial, tais como Gilberto Freyre, Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré, entendendo que acima das divergências era mais importante a convergência em torno da identidade nacional, do ser «genuinamente brasileiro».

funções importantes durante a era Vargas –Ministro de Educação e Saúde, Consultor Geral da República, Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal e Ministro da Justiça– além de ter redigido a nova Constituição que acompanhou a implantação do Estado Novo.

A forte influência política e social dos intelectuais católicos refletiu-se na vitória estrondosa da Liga Eleitoral Católica na Assembléia Constituinte de 1934, na qual fez aprovar não apenas os pontos mínimos, mas o programa máximo da entidade. Ao lado disso, os católicos gozaram de enorme prestígio junto ao Ministro da Educação Gustavo Capanema o que acabou por granjear-lhes inúmeros postos no serviço público, sobretudo na esfera dos Ministérios da Educação e do Trabalho²³, em que um dos exemplos mais eloqüentes foi a indicação de Alceu Amoroso Lima como reitor da Universidade do Distrito Federal²⁴.

A sorte dos integralistas foi mais errática, mas nem por isso totalmente ineficaz. Tendo se constituído como movimento político em 1932, transformou-se posteriormente em partido para participar das eleições gerais de 1938; entretanto, teve seus objetivos abortados com decisão de Vargas de proscrever todos os partidos políticos do país, em seguida à instauração da ditadura estadonovista. Revoltados com a traição de Vargas, uma vez que tinham apoiado ativamente o golpe que originara o Estado Novo, em 1938 um grupo de integralistas tentou derrubar Vargas por meio de um movimento armado que rapidamente foi dominado e acabou por levar centenas de integralistas às prisões e Plínio Salgado ao exílio em Portugal. Assim mesmo, o governo Vargas tentou negociar o fechamento da A.I.B. mediante o oferecimento do cargo de Ministro da Educação a Plínio Salgado no início de 1938, cujas condições não foram aceitas pelo governo. De qualquer forma, apesar das divergências políticas, mesmo depois de tudo isso, dezenas de integralistas foram conquistando variados cargos na burocracia estatal varguista, revelando assim o prestígio conferido aos intelectuais que integravam as fileiras integralistas e o esforço do governo Vargas em cooptá-los para a sua causa²⁵.

²³ A influência dos católicos pode ser avaliada também pela constante correspondência entre Capanema e Alceu Amoroso Lima. Dados relativos à conquista de postos públicos são arrolados por Sérgio Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920- 1940)*, São Paulo, Difel, 1979, pp. 163- 164.

²⁴ Em termos ideológicos, o compromisso com o catolicismo no Estado Novo refletiu-se na publicação da revista *Ciência Política*, também sob o patrocínio do DIP, na qual o reconhecimento do catolicismo como fator de coesão do Estado nacional possuía maior importância que na revista *Cultura Política*. Cf. Mônica Pimenta Velloso, «Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual», in: Lúcia Lippi Oliveira et al., *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 85.

²⁵ Cf. Sérgio Miceli, op. cit., pp. 58-68; 162-163.

A formulação de projetos alternativos pelos nacionalistas de direita teve como constante o debate sobre a natureza da crise nacional, sempre interpretada à luz de uma crise mais ampla, relativa aos próprios fundamentos da civilização ocidental. O debate sobre a crise conduziu a um conjunto de diagnósticos nem sempre convergentes, uma vez que dependentes das posições ideológicas dos intelectuais, porém, sempre marcados pela contundência dos argumentos e pela força das imagens mobilizadas.

Apesar das diferenças, havia unanimidade em torno de algumas idéias de Alberto Torres (1865-1917), jurista, político e pensador que durante a década de 1910 publicara livros de enorme repercussão: *O Problema Nacional Brasileiro* e *A Organização Nacional*. Torres conclamava os intelectuais a serem uma verdadeira força social, cabendo-lhes forjar tanto uma consciência nacional num país que ainda não a possuía, quanto os rumos da política brasileira. Conclamava os intelectuais brasileiros a abandonar o pensamento emprestado da Europa, para se lançarem a compreender a realidade nacional com critérios próprios e a elaborar soluções específicas para o Brasil. Torres foi um dos primeiros autores a abandonar o «nacionalismo telúrico», pautado pela grandeza da geografia e exuberância da natureza, assim como a superficialidade do patriotismo litúrgico baseado na mera idolatria dos símbolos nacionais e avesso à crueza dos graves problemas da realidade brasileira²⁶. Ao considerar que as estruturas políticas e jurídicas encobriam uma realidade de profunda desorganização sócio-econômica, impedindo que o Brasil alcançasse o patamar das nações mais adiantadas, sentenciava: «Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo»²⁷. Torres atacava o domínio econômico das grandes potências e dos monopólios internacionais, ao mesmo tempo em que defendia os interesses sociais do trabalhador brasileiro frente aos trabalhadores estrangeiros que tinham migrado para o Brasil. Sustentou um programa de retorno dos migrantes da cidade para o campo, ao lado da disseminação da pequena propriedade para a produção de alimentos, o que permitiria a formação de um povo digno, produtivo e respeitado. Ao fim e ao cabo, sugeria mudanças que passavam por um caminho convencional, a revisão da Constituição de 1891, de modo a conferir maiores poderes à União e a criar um poder coordenador na república, reproduzindo o papel do poder moderador existente durante o período monárquico. A despeito das dife-

²⁶ Boris Fausto, *O pensamento nacionalista autoritário*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp. 25-26.

²⁷ Alberto Torres, *A Organização Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914, p. 198.

rentes apropriações das suas idéias, a criação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (1932-1945) por intelectuais das várias correntes da direita –dentre eles Oliveira Vianna e integralistas– era reveladora da força inspiradora das idéias de Torres.

A direita nacionalista convergia, por exemplo, no diagnóstico de que o liberalismo era uma ideologia importada e inadequada à realidade brasileira, produzindo uma incongruência entre o «país legal» e o «país real». Na nossa perspectiva, Oliveira Vianna desempenhou um papel essencial na formulação dos termos dessa dicotomia e na sua difusão entre a opinião pública. Oliveira Vianna foi pioneiro na crítica ao liberalismo a partir do final dos anos dez e durante os anos vinte, transformando-se numa figura cujas idéias tornaram-se referência obrigatória para os críticos anti-liberais. Seguindo uma tradição do pensamento social brasileiro que articulava sociologia, antropologia e psicologia social, Oliveira Vianna publicou diversos estudos sobre as relações de sociabilidade no mundo rural, sobre cultura política, instituições políticas, questões étnicas e interpretação da história do Brasil. Oliveira Vianna enfatizava três aspectos nos seus escritos: a dicotomia entre a formação econômico-social brasileira e o modelo liberal de Estado; a falta de consciência e de organização das elites econômicas; e a falta de unidade étnica do povo, a qual se fazia acompanhar da forte presença de «raças eugenicamente inferiores». Considerava que diversos fatores tinham contribuído para dificultar a formação de uma consciência coletiva no povo brasileiro, por ele definido como um conjunto amorfo, desintegrado e sem espírito cívico, sobre o qual a democracia liberal não podia prosperar. Na Europa e nos Estados Unidos esse regime político tinha sido viável pois derivava da evolução natural dessas sociedades, enquanto no Brasil não passava de implante artificial. Quanto aos partidos brasileiros, considerava-os incapazes de agregar interesses e operarem como agentes de organização política, servindo apenas para atender aos interesses de grupos oligárquicos que, durante as eleições, manipulavam a seu bel prazer o voto do povo ignorante e temeroso dos poderosos. Esse diagnóstico pessimista conduzia à conclusão de que apenas governos de poder executivo forte e formas corporativas de representação seriam adequados para a gestão de um país com as peculiaridades do Brasil.

Essa concepção política autoritária também era sustentada por Azevedo Amaral. Criticava o sistema político representativo –baseado no que ele chamava «sufrágio promíscuo»– por entender que «só podia levar aos mais caóticos resultados» ao consistir uma «adaptação artificial e forçada de um

sistema inadequado às condições geográficas, econômicas e culturais do país»²⁸. Para ele, uma das conseqüências nefastas era a falta de autoridade do poder central e o fortalecimento do regionalismo, visto de forma alarmante, a ponto de colocar em risco a unidade nacional:

«Impedir o desmembramento do Brasil resume no atual momento histórico a finalidade de nossas aptidões políticas. A nenhum outro grande povo a defesa da coesão nacional se apresenta como um imperativo tão absoluto quanto no caso brasileiro»²⁹.

Como veremos mais adiante, a alternativa a isso residia na institucionalização de uma representação corporativa, fundada na realidade preexistente do «organismo social», de modo a retomar o que ele definia como «vocaçãõ autoritária e econômica» do Estado brasileiro³⁰.

Juntamente com Azevedo Amaral, Oliveira Vianna figurou entre a última geração de intelectuais brasileiros que interpretou as etnias na sociedade brasileira com uma perspectiva «racialista» ou seja, de um saber de fundo racista que pretendia explicar o tecido social em bases científicas lançando mão de teorias que iam do determinismo biológico ao geográfico. Tal perspectiva não era nova no Brasil, fazendo parte de uma visão pretensamente científica difundida a partir da segunda metade do século XIX na Europa. Com adeptos no Brasil tais como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, considerava o negro e o índio como inferiores racialmente e principais obstáculos ao progresso do Brasil. Embora combatida por muitos intelectuais, tal interpretação ainda gozava de prestígio na década de 1920, mas com uma diferença significativa. Enquanto antes se pensava que o Brasil estava definitivamente condenado ao atraso em função da elevada porcentagem de sangue negro e indígena na sua população, nos anos 20 passou a predominar a tese sustentada por Oliveira Vianna e Azevedo Amaral de que a mestiçagem poderia ser benéfica se nela o sangue ariano trazido pela imigração européia predominasse sobre os outros dois. Acreditando que «o cruzamento das raças humanas era um problema de zootecnia, como o cruzamento das raças animais»³¹, Oliveira Vianna mostrava-se otimista com o gradual embranquecimento da população brasileira e com o papel positivo do mestiço, asseverando em *Evolução do Povo Brasileiro* que:

²⁸ Azevedo Amaral, *O Brasil na Crise Actual*, Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, pp. 157-158.

²⁹ Idem, p. 184.

³⁰ Azevedo Amaral, *Aventura Política do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, pp. 103-134.

³¹ Oliveira Vianna, *Evolução do Povo Brasileiro*, São Paulo, Monteiro Lobato, 1923, p. 159.

«Estas duas raças inferiores [negros e índios] só se fazem agentes de civilização, isto é, somente concorrem com elementos eugênicos para a formação das classes superiores, quando perdem a sua pureza e se cruzam com o branco; [...] Da plebe mestiça, em toda a nossa história, ao sul e ao norte, tem saído com efeito poderosas individualidades, de capacidade ascensional, incoercível, com uma ação decisiva no nosso movimento civilizador»³².

Entretanto, tais concepções racialistas não foram compartilhadas nem pela corrente católica nem pelos integralistas. Os intelectuais católicos consideravam que a principal fonte dos problemas do país residia no divórcio existente entre a nação católica e o Estado laico após a proclamação da república em 1889. Mais do que isso, ao negar as origens espirituais do Brasil, o Estado haveria colocado em questão a própria identidade nacional, pondo em risco a sua dissolução. Segundo os termos dramáticos de Amoroso Lima: «[...] o problema é de vida ou morte para a nacionalidade – pois o Brasil ou será cristão ou não será brasileiro, e sim russo, norte-americano ou tupinambá [...]»³³. Contrapunha o Brasil católico às ameaças representadas pelo materialismo soviético, pelo americanismo e pelo paganismo indígena. Nesse sentido, urgia a união dos católicos para lutar pela reconciliação do Estado com a religião, opondo uma «revolução espiritual» à «revolução materialista» que varria o mundo contemporâneo.

A percepção de que em última instância o problema brasileiro consistia na luta entre materialismo e espiritualismo unia os integralistas e os católicos. Para o chefe máximo do integralismo, Plínio Salgado, a ideologia liberal era responsável pelo declínio do sentido espiritual da vida entre a população e as instituições brasileiras. Utilizando-se de uma concepção conspirativa da história, Salgado interpelava o liberalismo como se fosse um agente histórico consciente dos atos malévolos que perpetrava ao país:

«[...] tendo cumprido a primeira jornada da sua tétrica missão, isto é, tendo desagregado sentimental e economicamente a Pátria, o liberalismo entrou a cumprir sua missão dissolvente, abrindo os portos do Brasil às ideologias extremistas. [...] Chegava o momento de a liberal-democracia ministrar a peçonha do comunismo»³⁴.

³² Idem, p. 137.

³³ Alceu Amoroso Lima, *Indicações Políticas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936, p. 86.

³⁴ Plínio Salgado. «O que é o Integralismo», in: *Obras Completas*, São Paulo, Editora das Américas, 1956. O texto original é de 1933, e refere-se ao contexto de 1930.

Salgado acusava o regime republicano de agnóstico e sem outra finalidade senão o progresso material, ao mesmo tempo que incapaz de conter o comunismo e o separatismo. Como os demais intelectuais da direita nacionalista, condenava o sufrágio universal por acreditar que as eleições permitiam a exploração das massas pelos políticos demagogos, pelos médiocres, pelos extremistas, pelos jornalistas mercenários e pelas oligarquias sem consciência nacional. As populações rurais constituíam o único espaço social em que o «princípio espiritualista» ainda se fazia predominante, uma vez que o interior do Brasil apresentava-se menos impregnado pelo cosmopolitismo e mais fiel aos valores nacionais do que os grandes centros urbanos, em geral situados na costa atlântica.

O anti-semitismo se fez presente sobretudo num segmento do integralismo liderado pelo escritor Gustavo Barroso, ainda que tal posição não fosse predominante no conjunto da direita nacionalista. Diretor do Museu Nacional e membro da Academia Brasileira de Letras, Barroso escreveu e publicou diversos livros anti-semitas em meados dos anos 30, exatamente quando o integralismo esteve no auge e quando o anti-semitismo encontrava ambiente propício na imprensa brasileira e no governo Vargas. Lançando mão da teoria da conspiração universal do povo judeu, construiu uma explicação sobre sua ação para subjugar o Brasil através do controle das finanças e da dívida externa³⁵. Foi o tradutor e comentador da versão brasileira dos Protocolos dos Sábios do Sião (1936) além de ter escrito Roosevelt, é Judeu, livro traduzido para o espanhol e publicado na Argentina nos Cuadernos Antijudios, em apoio a uma forte campanha anti-semita³⁶. Barroso e seus correligionários mantiveram estreitos contatos e colaboração com os representantes nazistas no Brasil, a ponto da AIB receber dinheiro da Alemanha através do Banco Alemão Transatlântico. Depois que o integralismo foi posto na ilegalidade sob o Estado Novo, Barroso assumiu a condição de líder dos integralistas brasileiros e deu continuidade aos seus contatos com os nazistas, o que incluiu uma viagem à Alemanha no final dos anos 30.

Embora apresentadas sumariamente, as considerações anteriores evidenciam a existência de um conjunto de temas e problemas sobre os quais os intelectuais debruçaram-se para construir uma «nova ordem» nacional convergente com a ascensão das direitas em escala internacional. Tais diag-

³⁵ Cf. Gustavo Barroso. *Brasil – Colônia de banqueiros*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934.

³⁶ G. Barroso. *Roosevelt, es Judío*, Introd. de Héctor de Herze, Buenos Aires, La Mazorca, 1938. Cf. Maria Luiza Tucci Carneiro, *O Antisemitismo na Era Vargas*, São Paulo, Brasiliense, 1995, p. 357.

nósticos apontavam para a formulação de um conjunto de alternativas para o futuro, cujos elementos em comum não excluía matizes, em função da posição dos seus formuladores dentro do campo da direita nacionalista. Em termos gerais tais alternativas propunham a criação de um Estado forte e centralizador, a adoção de formas de representação corporativistas e a modernização da economia brasileira.

O problema do desenvolvimento econômico foi tratado sob diferentes enfoques pelos intelectuais autoritários brasileiros. Embora os líderes integralistas convergissem em definir o sistema financeiro internacional como parte dos problemas econômicos do país, não havia consenso quanto a uma agenda econômica positiva. Plínio Salgado, por exemplo, tinha uma postura crítica em relação ao processo de mecanização do trabalho, acusando que o «império da máquina» produziria uma crescente diferenciação das classes, condenando as maiorias à proletarização, enquanto uma minoria gozaria do luxo e da riqueza. Tal visão negativa do capitalismo industrial, afinada com a crítica romântica da modernidade, conduzia o líder integralista a acreditar que no futuro a agricultura voltaria a ter a importância de outrora, conferindo ao Brasil e a outros países de grande território um lugar hegemônico na economia mundial³⁷. Evidenciando o caráter multifacetado do integralismo, Miguel Reale compartilhava de uma postura oposta, em defesa da industrialização mediante o planejamento estatal³⁸. Mais aberto à dinâmica da economia mundial, aprovava o ingresso de capital estrangeiro, desde que atendesse aos interesses nacionais e fosse fiscalizado pelo Estado. O sistema bancário também era visto com bons olhos, ao considerar que deveria constituir o coração de uma economia moderna por intermédio de um sistema de crédito, assim como a criação de escolas e faculdades técnicas pelo Estado³⁹.

No entanto, a posição mais radical em favor da modernização foi elaborada por Azevedo Amaral. Ao longo dos anos 30, produziu uma teoria econômica da história do Brasil segundo a qual a industrialização – e não a agricultura – constituía a vocação histórica do país. A realização desse desígnio teria sido abortado no passado por uma série de contingências, cujos desdobramentos futuros poderiam levar o país à anarquia ou ao colapso⁴⁰. Recolocar o Brasil

³⁷ Plínio Salgado, «A quarta humanidade», in: *Obras completas*, vol. V, São Paulo, Editora das Américas, 1955.

³⁸ M. Reale, «Atualidades brasileiras», in: *Obras Políticas. 1ª Fase – 1931/1937*, t. III, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983 (1ª Edição, 1937), pp. 127-141.

³⁹ M. Reale, «O capitalismo internacional. Introdução à economia nova», in: *Obras Políticas. 1ª Fase – 1931/1937*, t. II, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983, (1ª edição, 1935), pp. 223-275.

⁴⁰ Azevedo Amaral, *A aventura política do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, p. 229

no caminho natural do seu desenvolvimento histórico significava pôr a reorganização da economia no centro das preocupações governamentais, de modo a possibilitar tanto a realização da unidade nacional em termos de integração física, quanto a consolidação da nação enquanto unidade política e simbólica. Para consecução de tais fins, o Estado brasileiro deveria ser reorganizado de modo a assumir o papel de coordenador da vida econômica do país⁴¹. Na sua perspectiva modernizadora, Azevedo Amaral não via contradição entre a adoção do modelo fordista de produção e o dirigismo econômico, pois este era perfeitamente compatível com uma considerável liberdade da iniciativa privada, permitindo que desse modo o interesse público – determinante – convergisse com os interesses privados. O advento do Estado Novo foi celebrado por Azevedo Amaral como a concretização de tais expectativas⁴². Como de fato verificou-se na prática do novo regime, este dispôs de instrumentos institucionais orientados no sentido de planejar o desenvolvimento, produzir a integração nacional e coordenar as forças sociais. Não pode ser esquecida a organização destas forças em torno de uma legislação sindical, cujo principal formulador foi Oliveira Vianna na qualidade de principal consultor jurídico do Ministério do Trabalho. Moderna e voltada para atender o crescente mercado de trabalho urbano, tal legislação organizou trabalhadores e empresários sob a tutela estatal, conferindo um importante suporte às políticas industrializantes.

Por fim, propostas de reespiritualização da sociedade e do Estado, formuladas pelos católicos e setores do integralismo, a despeito de não sensibilizarem Oliveira Vianna, Azevedo Amaral ou Francisco Campos, foram importantes componentes da agenda política da época e acabaram por ser absorvidas pelo Estado varguista com vista a articular o apoio político da Igreja e das massas. O que não deixava de ser uma mostra a mais do extremo pragmatismo do presidente Vargas, uma vez que ele era pessoalmente agnóstico e herdeiro da tradição positivista da política do Estado do Rio Grande do Sul.

Além disso, como veremos mais adiante, o debate sobre as alternativas para o Brasil realizou-se articuladamente à discussão sobre o significado do passado e a condição da nacionalidade brasileira; o que em outros termos configurou a reelaboração das representações nacionais por meio de um registro cultural e étnico, em contraponto à definição política do conceito de nação.

⁴¹ Sustentava que o arcaico e parasitário «Estado político» deveria ser substituído pelo moderno e dinâmico «Estado econômico». Cf. Azevedo Amaral, «O conceito de Estado», in: op cit., pp. 21-72.

⁴² Azevedo Amaral. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, pp. 197-203.

«Nós, na realidade, nada temos com tipos de regime exóticos». Com essa frase, Oliveira Vianna sintetizava a aspiração dos intelectuais em relação à busca de um regime político que fosse especificamente brasileiro, calçado nas necessidades da realidade e nas idiosincrasias do caráter nacional⁴³. O conjunto dos intelectuais autoritários buscou desenvolver o conceito de «democracia orgânica», desenvolvido em contraposição à democracia liberal, por eles denominada «atomística», ao representar interesses individuais. O corporativismo foi um dos grandes temas do debate político e intelectual dos anos trinta no Brasil, sendo identificado pelos autoritários como a resposta para a implantação dessa democracia orgânica. Na concepção corporativista autoritária⁴⁴, a sociedade não era composta primordialmente por indivíduos, mas por grupos naturais cuja representação política deveria ser realizada por meio das corporações. Os grupos naturais deveriam ser organizados em um número limitado de corporações compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas. Ademais, as corporações deveriam ser reconhecidas e licenciadas –quando não criadas– pelo Estado, que também exerceria o direito de exercer determinado grau de controle sobre elas⁴⁵.

A definição sintética enunciada acima reflete apenas de modo genérico os conceitos que subsidiavam as propostas corporativistas concretas. Vejamos algumas delas. A corrente católica defendia a criação de um Estado «ético-corporativo» apoiado nos princípios da moral católica. Ao discutir os fundamentos do «Estado Humano» ou «Integral» da chamada Idade Nova, Amoroso Lima considerava que este deveria apoiar-se na representação de grupos naturais –família, associação profissional, escola e Igreja– enquanto depositários concretos da soberania política emanada do criador do universo⁴⁶. Com essa perspectiva, procurava manter o Estado cristão eqüidistante tanto do liberalismo quanto do totalitarismo, pois nas duas situações a origem divina do poder não era reconhecida e nem o papel dos grupos naturais.

⁴³ Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*, São Paulo, Monteiro Lobato & Cia., 1922, 2ª edição, p. 36.

⁴⁴ Em contrapartida, a concepção corporativista societária foi desenvolvida por vários autores europeus entre fins do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, sustentando a tese de que a soberania política do Estado deveria ser dividida com outras associações, especialmente sindicais. Na complexa sociedade industrial o Estado deveria possuir apenas o papel de instância reguladora e coordenadora das funções desempenhadas pelas corporações.

⁴⁵ Cf. Alfred Stepan, *Estado, Corporativismo e autoritarismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 71; Philippe Schmitter, «Still the century of corporatism?», in: *Review of politics*, vol. 36, Nº 1, Indiana, University of Notre Dame, 1974, pp. 93-94.

⁴⁶ Alceu Amoroso Lima, *Política*, 4ª ed. (1ª. Edição de 1932), Rio de Janeiro, Agir, 1956,

Diferentemente dos católicos, os integralistas negaram o princípio da soberania popular mediante a resignificação do conceito de democracia, pois afirmavam defender a realização de uma «democracia concreta» que permitisse a integração orgânica da sociedade nos assuntos públicos. Definido como «democracia integral», tal regime pretendia representar uma síntese e uma superação das formas políticas anteriores. Ao contrário da democracia liberal – apoiada na «ficção do homem cívico» – a democracia integral enfocava o homem em sua totalidade: ser biológico, político, econômico, cultural religioso e moral⁴⁷. Nessa operação ideológica, Plínio Salgado buscou apoiar seu argumento em fundamentos históricos ao desenvolver a tese de que no Brasil preexistia uma «democracia original, bárbara e selvagem» – constituída por hábitos e não por direitos abstratos – natural aos nossos sertões, refratários às instituições importadas por nossas elites. A liberdade aqui ganhara um sentido diferente do europeu, sendo um sentimento geográfico baseado na possibilidade de deslocamento espacial e não uma reação histórica à opressão de classe⁴⁸. Os bandeirantes – desbravadores que no período colonial penetraram no interior do Brasil – representavam o símbolo máximo dessa visão de liberdade. Não havia, portanto, uma liberdade a conquistar, como na Europa, mas ao contrário, um conjunto de deveres a criar, pois a liberdade no Brasil – entendida no seu sentido espacial – era ilimitada. Em consequência, esta sociedade em organização não carecia da proclamação de direitos, de maiores conquistas libertárias, mas antes de uma hierarquização dos valores sociais, uma proclamação de deveres⁴⁹. A partir de tais considerações, propunha a criação de uma «democracia integral» que englobasse e superasse tanto a democracia importada quanto aquela autóctone.

A visão do integralismo como síntese e superação encontrava amparo na formulação do político, jurista e teórico fascista Alfredo Rocco, presente em um famoso escrito denominado «La Trasformazione dello Stato»⁵⁰, frequentemente evocado nos escritos de Miguel Reale e Plínio Salgado⁵¹. Para Rocco, o fascismo continha e superava o liberalismo, a democracia e o socialismo. Reale exaltava o Estado fascista por ser um produto da observação serena

⁴⁷ Miguel Reale, «Atualidades Brasileiras», Rio de Janeiro, Schmidt, 1937, in *Obras Políticas 1ª fase - 1931/1937*, t. III, Brasília, Universidade de Brasília, 1983, p. 101; «O Estado Moderno (Liberalismo- Fascismo-Integralismo)», Rio de Janeiro, José Olympio, 1934, in: op. cit., t. II, p. 155.

⁴⁸ Plínio Salgado, *Psicologia da Revolução*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, p. 143.

⁴⁹ Idem, p. 144.

⁵⁰ Alfredo Rocco, «La trasformazione dello Stato», in: *Scritti e discorsi politici di Alfredo Rocco, III - La formazione dello Stato fascista (1925 - 1934)*, Milano, Dott. A. Giuffrè, 1938, pp. 771-788.

⁵¹ Cf. Miguel Reale, «O Estado Moderno (Liberalismo - Fascismo - Integralismo)», in: op. cit., t. II, pp. 122-123.

da realidade e por conter um «valor universal e democrático»⁵². A doutrina do sigma realizaria a representação popular na «verdadeira democracia», aquela instituída sobre bases sindicais e corporativas, de modo a alcançar o fim político do integralismo: a identificação do Estado com o povo⁵³, isto é, com a «nação organizada». Se por um lado Reale considerava positivo que o Estado fascista interpelasse os homens como «produtores» ao invés de cidadãos, como fazia o Estado liberal, isso não o impediu de assinalar a particularidade do integralismo. Pois este concebia a nação como um organismo complexo integrado não apenas por forças econômicas, mas também biológicas, sociais, culturais, espirituais, morais e regionais, obrigando o Estado corporativo a expressar tais dimensões da vida brasileira⁵⁴.

O Estado integralista era essencialmente «ético», ou seja, pautava-se pela busca de uma finalidade, o «bem comum» enquanto expressão do «interesse geral». Note-se que o integralismo não postulava a realização da «vontade geral» posto que era vista como uma ficção. Reale entendia que o povo deveria participar das soluções políticas, embora não estivesse ainda preparado para tanto. O governo deveria pois caber a uma elite competente capaz de alargar com o tempo o círculo da classe dirigente, à procura do ideal político –inatingível talvez– do auto-governo do povo⁵⁵. Enquanto isso não ocorresse, o governo deveria ser exercido por elites para o bem do povo. De qualquer modo, a participação popular não significava em absoluto o reconhecimento da posse de direitos naturais de soberania, pois ela era um dever para a realização do homem –por definição animal político– dentro do Estado.

Embora tanto Reale quanto Salgado reconhecessem no fascismo italiano uma fonte de inspiração ideológica, ambos buscaram assinalar a particularidade do integralismo⁵⁶. Um dos aspectos mais enfatizados era o caráter não-

⁵² Idem, «O capitalismo internacional», in: op. cit., t. II, pp. 250-253.

⁵³ Idem, «Atualidades Brasileiras», in: op. cit., t. III, p. 85.

⁵⁴ Idem, «Bases da Revolução Integralista», in: op. cit., t. III, p. 100; «Corporativismo e Unidade Nacional» (1936), in: op. cit, pp. 237-242; «ABC do Integralismo» (1935), in: *Obras Políticas* ..., t. III., p. 201.

⁵⁵ Miguel Reale, «O Estado Moderno (Liberalismo - Fascismo - Integralismo)», in: op. cit., t. II, pp. 44-45. O autor possuía uma concepção aristotélica segundo a qual o homem é por natureza um animal político, pois é só no Estado que ele pode se realizar integralmente tornando-se virtuoso. Cf. «Atualidades de um Mundo Antigo», (1936), in: *Obras Políticas 1931/1937*, t. I, Brasília, Universidade de Brasília, 1983, p. 107.

⁵⁶ Plínio Salgado defendeu com insistência o caráter original e até autônomo do integralismo, diferentemente de Miguel Reale, que interpretava o movimento como um dos ramos do fascismo. Para Reale o Estado detinha o «direito de revolução», ou seja, de promover as mudanças que considerasse necessário para instaurar o Estado ético. Cf. M. Reale, «O Estado Moderno (Liberalismo - Fascismo - Integralismo)», op. cit., t. II, p. 139.

totalitário do movimento, o que o diferenciaria do nazismo e das vertentes totalitárias do fascismo italiano. Para Reale, o projeto totalitário encontrava um importante teórico em Alfredo Rocco, segundo o qual o Estado detinha completamente a soberania política realizando assim a máxima de Mussolini: «Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado»⁵⁷. Ao contrário desta máxima, Reale em diversos momentos afirmou a existência de esferas autônomas de poder do indivíduo que permitiriam impedir a sua absoluta absorção ou compressão pelo Estado. Assim, contestando a posição de Amoroso Lima, segundo a qual o Estado fascista absorvia o indivíduo, Reale afirmava haver juristas fascistas que reconheciam âmbitos de autonomia individual. Assim o todo não deveria absorver as partes, como na situação totalitária, mas integrar valores comuns respeitando os valores específicos e exclusivos dos indivíduos e dos grupos naturais, como no integralismo⁵⁸.

De qualquer forma, embora os integralistas buscassem diferenciar o seu movimento do fascismo italiano com tanto mais ênfase quanto mais eram atacados pelo seus opositores, o fato é que para Reale o Estado integral não era substancialmente diferente do fascista italiano, tratando-se em última análise de uma variante resultante da «brasilidade da sua doutrina», em que o nacionalismo e o espiritualismo baseado nos valores cristãos constituíam importantes componentes. Ou seja, constatamos o esforço por conferir uma marca nacional ao integralismo ao mesmo tempo em que se buscava reconhecê-lo como parte de um movimento internacional. Quanto ao problema do totalitarismo, os argumentos dos seus líderes para recusar essa qualificação eram negados pelo conjunto das idéias, ações e características organizativas da A.I.B.: anti-racionalismo, elitismo, anti-semitismo, caráter mobilizador, absorção da esfera privada dos militantes pela estrutura militarizada do movimento e defesa de uma rígida identidade entre Estado e coletividade nacional.

Azevedo Amaral e Oliveira Vianna representaram uma terceira posição em defesa do corporativismo autoritário que se distanciava tanto da fun-

⁵⁷ Segundo Rocco, «O Estado Fascista é aquele verdadeiramente soberano, isto é que domina todas as forças existentes no país e tudo submete à sua disciplina», in: Alfredo Rocco, op. cit., p. 780.

⁵⁸ Miguel Reale, «O Estado Moderno (Liberalismo - Fascismo - Integralismo)», op. cit., t. II, pp. 131-132. O jurista integralista Anor Butler Maciel explicitou o conceito de soberania do integralismo, afirmando que ela repousava nos *corpos do Estado* e não nos indivíduos ou no povo, entendido enquanto soma de seres dotados de cidadania. Segundo o autor: «O poder nunca foi atrativo para as massas, porque jamais lhes pertenceu, nem lhes pode pertencer. O poder tem uma natureza e uma estrutura hierárquica, incompatível com o grande número». Assim, o Estado exerceria o poder político em nome das corporações, com amplos poderes sobre estas. Cf. Anor Butler Maciel, *O Estado corporativo*, Porto Alegre, Globo, 1936, p. 110.

damentação espiritualista quanto do fascismo. Para ambos, a adoção de tal regime convinha ao Brasil em função da desarticulação da política e da sociedade brasileira, em razão da complexidade crescente da gestão do Estado contemporâneo e da reconciliação da realidade institucional com as nossas necessidades históricas. No entender de Oliveira Vianna, democracia significava regime de «opinião pública organizada», algo inalcançável no Brasil pelos meios tradicionais defendidos pelos políticos e intelectuais liberais, uma vez que no país a maior parte do eleitorado era rural e, portanto, vítima da sua ignorância e do poder dos chefes políticos locais. Oliveira Vianna buscava inspiração no que denominava «idealismo orgânico» em contraposição ao «idealismo utópico» da doutrina liberal para a consecução de um país moderno nas suas várias dimensões. A solução para o problema político brasileiro passava pela centralização política, pela continuidade administrativa, pelo fortalecimento do poder do presidente da república e pela criação de conselhos técnicos. Tais conselhos desempenhavam um papel especial na teoria política de Oliveira Vianna pois seriam o instrumento de viabilização da verdadeira democracia brasileira. Considerava que o parlamento e os políticos mostravam-se incapazes de lidar com as exigências administrativas e técnicas dos governos contemporâneos, o que seria superado pela criação de conselhos técnicos. Integrados por representantes das classes produtoras, os conselhos seriam a principal instância governamental investida de competência para lidar com as novas demandas do mundo. Expressão da sociedade organizada em corporações, os conselhos assumiriam de modo crescente as funções dos parlamentos políticos, condenados a um papel residual no futuro. Tais idéias, desenvolvidas entre os anos dez e vinte, seriam complementadas no livro *Problemas de Direito Corporativo* (1938), segundo o qual o Estado deveria delegar poderes legislativos não apenas aos conselhos técnicos, mas também às organizações sindicais e aos tribunais do trabalho⁵⁹. A ampliação da perspectiva inicial refletia o papel de Oliveira Vianna como principal mentor da legislação trabalhista, e evidenciava o quão restrita era a sua concepção de participação da sociedade nos assuntos públicos.

Azevedo Amaral desenvolveu uma obra votada ao esforço de oferecer um projeto autoritário e modernizador. Sustentava a tese de que o Estado Liberal –por ele definido como «político»– caducara com a Primeira Guerra, para dar lugar a um aparelho de Estado voltado à solução de problemas técnicos, que no caso do Brasil deveria assumir a forma do que ele denominava «Estado

⁵⁹ Oliveira Vianna, *Problemas de Direito Corporativo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, pp. 118-133.

econômico». Seria um Estado voltado para realizar o que ele entendia ser a vocação histórica do Brasil: tornar-se um país industrializado sob a liderança de um Estado cuja preocupação maior deveria ser o desenvolvimento da economia. Como consequência, na reorganização corporativa do Estado deveriam estar representados exclusivamente os representantes da esfera produtiva, uma nova elite formada por patrões e empregados, organizados por sua vez em sindicatos. A perspectiva de Azevedo Amaral articulava-se, em contrapartida, a uma visão muito negativa das classes subalternas por entender que elas não poderiam ter nenhum papel positivo na construção da ordem política. Às minorias cabia o papel de dirigente e às maiorias o de «material indócil e ao mesmo tempo terrível», uma vez que as considerava irracionais, explosivas, passionais, bárbaras e selvagens quando agiam por si mesmas⁶⁰.

Em suma, tanto na visão de Oliveira Vianna quanto de Azevedo Amaral, a representação da sociedade junto ao Estado assumia a forma de uma representação de competências referidas a certas funções desempenhadas no interior das corporações⁶¹. Para ambos, a chave para o problema da liberdade no Brasil residia na instauração de um regime que oferecesse liberdade civil sem liberdade política. Oliveira Vianna era taxativo: «Ora, a verdade é que é possível existir um regime de perfeita liberdade civil sem que o povo tenha a menor parcela de liberdade política: e o governo do «bom tirano» é uma prova disto»⁶².

Para estes dois intelectuais a figura do bom tirano não era apenas uma metáfora, mas também uma expectativa que se cumpriu com o golpe do Estado Novo e a entronização de Vargas como ditador. A despeito da importância conferida ao corporativismo na utopia autoritária de Vianna e Amaral, eles mostravam-se céticos quanto à sua viabilidade a curto prazo em função da do caráter desarticulado da sociedade brasileira, sobretudo em termos da organização das classes em sindicatos. No caso do Brasil, como em geral em outras experiências políticas, o corporativismo não chegou a se estruturar como sistema de organização do poder estatal, apesar da criação dos conselhos técnicos e dos aspectos corporativistas da legislação do trabalho varguista. Vianna e Amaral –como de resto todos os outros intelectuais aqui tratados– acabaram não só apoiando, mas também exaltando a implantação do Estado Novo e a liderança política de Getúlio Vargas, evidenciando que

⁶⁰ Azevedo Amaral, *O Brasil na crise actual*, Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1934, pp. 54–58; 60.

⁶¹ Oliveira Vianna. *O idealismo da constituição*, 2ª edição, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939, p. 267.

⁶² Idem, p. 80.

para ambos o poder concentrado no Estado era preferível à representação corporativa, a qual seria postergada para quando a sociedade estivesse preparada. Para Amaral, o golpe de Estado e a constituição imposta por Vargas concretizavam uma nova ordem erguida sobre os fundamentos objetivos da realidade, com vistas a adaptar as instituições aos imperativos econômicos, sociais e políticos colocados pelo momento histórico⁶³. Definindo o Estado Novo como «regime progressista», Amaral atribuía papel especial aos intelectuais, os quais, associados ao poder público, seriam responsáveis pela elaboração ideológica do regime e centro de irradiação do pensamento nacional em direção às massas⁶⁴. Investida do papel de parte mais consciente da elite nacional, cabia-lhe a missão de construir a nacionalidade. Em meio ao ambiente repressivo que combinou crescentemente vigilância, prisão, tortura e exílio –sobretudo depois do levante comunista de 1935– Amaral considerava que a tarefa dos intelectuais lhes conferia prerrogativas especiais em relação aos demais cidadãos no interior do regime autoritário, tais como a liberdade de expressão⁶⁵. Em convergência com essa perspectiva, as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política* desempenharam uma relevante função na medida em que foram claramente utilizadas como espaço de articulação e cooptação de intelectuais de várias colorações ideológicas em torno ao projeto varguista. A um só tempo visava-se construir um conceito moderno de nação brasileira, fundar as bases ideológicas de legitimação do regime estodonovista e desenvolver a formação de uma nova classe dirigente. Em consonância com Azevedo Amaral, Oliveira Vianna era taxativo: a missão dos «espíritos idealistas» consistia em transformar oligarquias rudes em oligarquias esclarecidas unidas em torno de um ideal comum. Para exemplificar sua tese, recorria à autoridade de Mihail Manoilescu⁶⁶, mencionando os exemplos dos regimes de partido único em Portugal, Itália e Alemanha, nos quais as velhas oligarquias tinham sido suplantadas por uma oligarquia única, cujos membros devotavam-se ao exclusivo interesse do Estado e da nação⁶⁷.

⁶³ Azevedo Amaral, *O estado autoritário e a realidade nacional*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, pp. 252-253.

⁶⁴ Idem, pp. 272 – 273.

⁶⁵ Idem, pp. 268 e 275. Para Amaral, a venda e leitura de livros de Karl Marx não deveria ser proibida, uma vez que apenas indivíduos dotados de certo nível cultural poderiam entendê-lo, acrescentando que sua leitura não transformava os indivíduos em agentes de perturbação da ordem. Tal perspectiva vigorou durante o regime militar instaurado em 1964, sob o qual Marx e Gramsci foram traduzidos e publicados em português.

⁶⁶ Autor freqüentemente citado no Brasil na década de 1930, teve um importante livro traduzido por Azevedo Amaral, pondo em evidência a atenção de intelectuais e juristas em relação ao debate internacional sobre as experiências e modelos políticos de extrema-direita. Cf. Mihail Manoilescu. *O século do corporativismo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

⁶⁷ Oliveira Vianna, *O idealismo da constituição*, 2^o ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, p. 248.

HISTÓRIA E NAÇÃO

Os conceitos de nação e de história foram mobilizados de maneira especial em diversos países pelas ideologias de extrema-direita, durante a primeira metade do século XX. Nesse sentido, analisar como conceitos foram trabalhados pelo pensamento autoritário pode ser uma maneira produtiva de investigar as raízes da direita nacionalista. Na nossa perspectiva, o conceito de nação foi desenvolvido de modo entrelaçado à interpretação do passado nacional e em relação aos padrões consagrados pela historiografia e pela memória oficiais.

Quanto ao sentido conferido ao processo histórico, os intelectuais autoritários desenvolveram uma percepção da história como processo fundamentalmente evolutivo, em contraponto ao decadentismo inerente à percepção produzida por outras direitas, tais como a Ação Francesa e as correntes argentinas. Entretanto, se alguma coisa existia em comum entre tais interpretações era justamente a presença de uma concepção teleológica do processo histórico, segundo a qual a história dos países teria saído do seu curso natural, colocando em questão a própria identidade nacional. Portanto, cabia aos intelectuais mobilizar seus conhecimentos para interrogar o passado, compreender os desvios e permitir a recolocação da história nacional na sua trajetória correta.

O passado colonial brasileiro foi avaliado positivamente pelos intelectuais autoritários, por entenderem que ali residiam os fundamentos da nacionalidade⁶⁸. No entanto, tal passado foi interpretado pela direita como essencialmente incompleto; os acontecimentos e períodos nada mais eram que elos de uma longa epopéia de construção da nação, a qual apenas no futuro haveria de concluir. Em vista de tal interpretação da história, consideramos que a direita brasileira não produziu a representação de uma idade de ouro mítica posicionada no passado, por entender que ela se situava no devir. Paralelamente, entre os intelectuais havia uma generalizada percepção de atraso do Brasil em relação a certos países considerados mais desenvolvidos –incluindo a Argentina–, assim como de que as raízes dessa condição de inferioridade estavam situadas num passado pleno de deficiências. Desse modo, o que se evidenciava como fundamental na direita brasileira era uma concepção evolutiva da história nacional, ainda que elaborada sob diferentes registros.

Para Plínio Salgado, a história constituía um processo dinâmico e progressivo resultante do confronto entre duas forças –materialista e espiritual. A

⁶⁸ José Luis Bendicho Beired, *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945)*, São Paulo, Loyola, 1999, pp. 200-214.

evolução social realizava-se por rupturas promovidas pelas forças espirituais –também denominadas «idéias-força», expressavam a vontade humana no plano filosófico, ideológico e individual– de modo a corrigir as contradições e desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento material das sociedades. Dividia a história humana em quatro grandes etapas, o que não deixava de ecoar as reminiscências da sua formação materialista da juventude e a divisão em estados proposta por Auguste Comte: politeísta (anterior aos hebreus), monoteísta (cristã), ateísta (racionalista e cientificista, posterior à Idade Média) e integralista⁶⁹. A concepção integralista do passado estava associada a um ideal de nação que retomava elementos do programa romântico do século XIX, ao desenvolver aspectos tais como o indigenismo, a exaltação da natureza e o domínio do irracional –emoção e sentimentos– sobre a razão na formação do povo. Durante a década de 1920, em sua atividade como intelectual da direita do movimento modernista, Salgado propôs que um novo «romantismo indianista» expressasse o «grito rebelde da nacionalidade» contra o Velho Mundo e o cosmopolitismo⁷⁰. Cabia ao integralismo lutar em favor do Brasil real, despertar a energias nacionais adormecidas no povo, cuja essência encontrava-se longe das grandes cidades e do litoral, ao residir no mundo rural por meio das suas populações mestiças, lendas e tradições. Dessa forma, o integralismo procedeu a uma valorização da mestiçagem e sobretudo da herança indígena, sem par entre os outros segmentos autoritários. A figura do tupi –tribo guerreira que vivia num amplo espaço do território na época colonial– foi erigida por Salgado em mito fundador da nacionalidade brasileira, uma vez que ao fundir seu sangue com negros e brancos, transformara-se em denominador comum de um povo mestiço, mantendo vivo o espírito ancestral da nação⁷¹. No entanto, a despeito de suas qualidades, esse povo era imaturo e carecia de consciência do seu papel histórico. Na definição de Salgado era um «povo-criança» a esperar pela vinda de um salvador, de um messias que resolvesse os seus problemas⁷². Dessa forma, Salgado sugeria que o integralismo para ser eficaz deveria responder aos apelos messiânicos do povo, ao mesmo tempo em que reservava para si a posição de figura incontestada e mais importante dentro desse movimento fascista.

⁶⁹ Plínio Salgado, «A Quarta Humanidade», in: *Obras completas*, vol. V, São Paulo, Editora das Américas, 1955, pp. 9-161.

⁷⁰ Plínio Salgado, «O Brasil e o romantismo», in: *Despertemos a nação*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, pp. 61-73.

⁷¹ Plínio Salgado, «A anta e o curupira», in: *Despertemos a nação*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, pp. 27-51.

⁷² Plínio Salgado, «O povo-criança», in: *Despertemos a nação*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, pp. 129-136.

Enquanto Plínio Salgado desenvolveu o mito da essência tupi do povo brasileiro em chave romântica, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna buscaram explicações baseadas nas características das raças. Para ambos, o índio e o negro haviam gerado uma série de deficiências na população, que iam da preguiça à luxúria, e impediam tratá-la como um povo sadio. Tinham a expectativa de que o caldeamento racial produziria o branqueamento da população, resultando no futuro no verdadeiro «tipo brasileiro», o qual, ao incorporar as qualidades biológicas e psíquicas do branco, permitiria a superação dos vícios e defeitos provenientes da herança negra e indígena⁷³. Daí que fossem entusiastas da imigração massiva de europeus e de políticas eugênicas promovidas pelo Estado.

Mas apesar da convergência em torno do problema racial, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral não compartilhavam de uma mesma concepção sobre os elementos do passado que deveriam ser valorizados e projetados sobre o futuro. Vianna foi certamente o primeiro e maior apologista, no século XX, do papel das fazendas e do homem rural na história do Brasil. Nas regiões interioranas do país persistia íntegro o «caráter nacional». O meio rural guardava as energias criadoras do caráter brasileiro, as quais, incorruptíveis, abrigavam a pureza da têmpera primitiva dos tempos coloniais⁷⁴. No entanto, as virtudes do caráter nacional não habilitavam o povo para as funções políticas, as quais deveriam ficar a cargo das suas elites, pois apenas elas poderiam enfrentar a revolução e as idéias exóticas que empolgavam as classes urbanas. Por outra parte, Azevedo Amaral desenvolveu uma teoria segundo a qual a nacionalidade brasileira evoluía na direção da realização do «Estado econômico». A conquista e a colonização teriam na sua origem um sentido exclusivamente econômico que havia sido transmitido pelos portugueses aos construtores da colônia –por exemplo, os bandeirantes– e definido tanto o sentido lógico do processo histórico, quanto a consciência dos habitantes. Ou seja, o futuro da nação e do Estado deveria projetar-se sobre um passado ao mesmo tempo apolítico e voltado para a produção. Se no passado colonial o ciclo da mineração representara o auge da predestinação econômica do Brasil, no presente, a industrialização e a ação do Estado Novo em favor da modernização da economia mostravam que a realidade havia se reconciliado com a tradição. Tal concepção acabou por derivar durante a ditadura varguista em uma nova definição de cidadão, o

⁷³ Oliveira Vianna, «O tipo brasileiro; seus elementos formadores», in: *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*, vol. 1, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.

⁷⁴ Oliveira Vianna, *Pequenos Estudos de Psicologia Social*, São Paulo, Monteiro Lobato & Cia., 1923, pp. 15-21.

qual tendo subtraída sua cidadania política, passou a ser interpelado como trabalhador pela ideologia autoritária do regime⁷⁵. Expunha assim de modo radical a posição compartilhada pelos intelectuais autoritários quanto à necessidade de superação do passado. Ao afirmar que apenas os povos declinantes e moribundos viviam das memórias dos antepassados e das idades heróicas, lembrava que o Brasil ainda era um embrião indecifrável e sugeria que o presente deveria ser tomado como o primeiro dia da criação da verdadeira civilização brasileira⁷⁶. Desse modo, Azevedo Amaral organizou os fundamentos de uma nova ideologia, a da modernização como vocação nacional, que informou o Estado e amplas parcelas da intelectualidade brasileira a partir da década de 1930.

Apesar das diferenças de enfoque, os intelectuais autoritários não chegaram a romper com a memória histórica oficial, mas antes ofereceram uma solução de continuidade com as linhas mestras da historiografia nacional, notadamente com o programa romântico instaurado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja fundação ocorrera sob o regime monárquico, em 1838. Criado pelo governo imperial, o instituto não fora concebido apenas como instituição científica, mas deveria desempenhar também uma função política, no sentido de produzir uma identidade nacional para um jovem país. Mediante estudos que integrassem a história e a geografia pretendia-se não apenas conhecer o passado, mas desenvolver instrumentos para agir sobre o presente e o futuro⁷⁷. Como parte desse projeto, o instituto promoveu, em 1844, um concurso para a escolha do melhor plano de redação da história do Brasil, ganho surpreendentemente por um cientista e viajante alemão, Carl Friedrich von Martius⁷⁸. A tese do naturalista tornou-se uma fórmula duradoura que informou gerações de intérpretes da realidade brasileira, ao sustentar que mescla de raças era um componente fundamental da identidade nacional do Brasil, e que a sua história deveria ser escrita em função desse processo de integração racial. Ao desenvolver essa leitura em chave romântica, Martius pretendeu destacar a personalidade do Brasil em relação às outras nações e involuntariamente fundou o mito da

⁷⁵ Ângela Castro Gomes, «O redescobrimento do Brasil» e «A construção do homem novo», in: Lucia Lippi Oliveira et al., *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 109-166.

⁷⁶ Azevedo Amara, *Ensaio Brasileiro*, Rio de Janeiro, Omena e Barreto, 1930, pp. 172-173.

⁷⁷ Manoel Luís Salgado Guimarães, «Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional», in: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, Nº 1, 1988, pp. 5-27.

⁷⁸ O texto tornou-se clássico sob o título «Como se deve escrever a história do Brasil». Cf. Carl F. Von Martius, *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1982.

democracia racial brasileira. Além disso, indicava que a formação do povo era um processo em curso a concluir no futuro.

Tanto o problema de inserir um país atrasado como o Brasil no rol das nações civilizadas, quanto o anseio de conferir-lhe unidade nacional e identidade própria, foram retomados e atualizados pela direita nacionalista. Apesar de certas diferenças quanto aos seus pressupostos interpretativos, as correntes dessa direita comungavam um conjunto de pontos de vista. O país real não correspondia ao país legal desde o fim da época colonial, a unidade nacional ainda estava pendente sob diversos aspectos –incluindo os raciais–, as características do Brasil eram irredutíveis à herança portuguesa, tornando-o uma civilização diversa e independente de outras nações, cujo povo possuía uma vocação autoritária e, ao mesmo tempo, cordial. Para tais correntes tratava-se de traduzir institucionalmente essa vocação autoritária para afirmá-la contra as idéias, indivíduos e movimentos considerados exógenos e questionadores da ordem político-social, em suma, definidos como contrários à construção da nacionalidade.

A função da história foi crucial nessa tarefa, pois era concebida não apenas como uma ciência, mas também como instrumento de ação política e moral, no que os intelectuais brasileiros convergiam com os nacionalistas argentinos e o revisionismo propalado na França por Charles Maurras. Oliveira Vianna consagrou-se rapidamente entre os historiadores e foi convidado a ingressar no IHGB, proferindo na ocasião da sua posse uma famosa conferência em que discorreu sobre o valor pragmático do passado. Ali assinalava a importância dos estudos históricos para a infusão de sentimentos patrióticos no povo, afirmando que a marcha para o futuro deveria ter como espelho as grandezas ancestrais do Brasil e pautar-se pelo respeito às tradições. Ao defender o nacionalismo brasileiro, afirmava que: «Seu ponto de partida há de ser o culto do Passado, não para retornar a ele –porque seria uma aspiração insensata– mas para buscar nele as inspirações do nosso heroísmo»⁷⁹.

Ao posicionar-se nesses termos, Oliveira Vianna sabia que estava filiando-se à tradição do Instituto e ao plano de Martius, segundo o qual a história do Brasil deveria despertar amor à pátria, coragem, indústria, constância, fidelidade, prudência, em suma, todas as virtudes cívicas. Em consonância com naturalista alemão –sustentava que a história era mestra do presente e do futuro– Vianna afirmava abraçar a máxima segundo a qual a história era mãe e mestra da política⁸⁰. A história deveria ser exemplar e fornecer as

⁷⁹ Oliveira Vianna, «O valor pragmático do passado», in: *O idealismo da constituição*, 2ª edição, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939, p. 351.

chaves para a ação sobre o presente e o futuro. Deveria resgatar no passado os fundamentos da nacionalidade, reconstruir os eventos heróicos, engrandecer os líderes, confirmar o poder dos grupos dirigentes, legitimar a ordem política e social, ao mesmo tempo em que deveria oferecer um sentido para a compreensão do fluxo do tempo histórico nacional. Apesar de defenderem a necessidade de objetividade contra as visões idealistas do Brasil, Vianna e os demais intelectuais autoritários olharam o passado por meio dos filtros do tempo em que viveram e preocupados em defender seus projetos para o país. Em suma, tais interpretações resultaram da projeção do presente sobre o passado, da necessidade de buscar as bases que permitissem fundar uma nova ordem em nome da tradição brasileira.

Ao longo deste artigo procuramos estabelecer alguns marcos que permitam explicar o papel político, o significado ideológico e as características da direita nacionalista no Brasil. A análise de algumas das suas figuras mais representativas foi o recurso que utilizamos para dar conta de um fenômeno político e cultural amplo e diversificado, com o intuito de assinalar tanto os elementos comuns quanto elucidar dimensões particulares das três grandes correntes. Ao atuarem como ideólogos, militantes políticos e funcionários do Estado, num contexto de mudanças nacionais e internacionais, os intelectuais autoritários tiveram um papel decisivo nos rumos do Brasil. Longe de mimetizarem as idéias autoritárias em circulação no período, produziram reflexões originais, demarcaram temas, problemas e interpretações que tiveram larga influência na agenda política e intelectual, sobre a qual tiveram um papel central e dominante. A sua influência traduziu-se menos na organização de grupos políticos do que na incorporação de suas idéias e membros pelo Estado. Tais idéias, assimiladas por amplos segmentos sociais, políticos e militares, conformaram uma nova cultura política, oficial durante o Estado Novo, mas ainda presente depois da sua derrocada, deixando suas marcas sobre os anos seguintes, dos quais o regime militar aberto pelo Golpe de 1964 constitui um exemplo eloqüente. Uma característica marcante dessa cultura política nacionalista foi seu sentido modernizante, laico e aberto ao futuro⁸¹, ao emprestar menor papel à doutrina católica e às idéias de retorno ao passado, típicas das direitas anti-liberais da Argentina, Espanha e França. Seus reflexos, no entanto, não foram unívocos, e demandariam outra reflexão. De qualquer forma, é certo que se desdobraram em novas

⁸⁰ Oliveira Vianna, *Evolução do povo brasileiro*, São Paulo, Monteiro Lobato & Cia, 1923, p. 28.

⁸¹ Por exemplo, um grupo significativo de ex-integrantes das correntes de direita aqui analisadas participaram da criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, em 1955, para propor estratégias de desenvolvimento nacional.

ações e projetos nacionalistas –progressistas, outros conservadores–, que geralmente estiveram comprometidos com a modernização do país, embora às vezes hostis ao desenvolvimento da democracia⁸².

Registro bibliográfico

BEIRED, JOSÉ LUIS BENDICHO

«Os intelectuais e a direita autoritária no Brasil», en: ESTUDIOS SOCIALES. *Revista Universitaria Semestral*, año XVII, Nº 33, Santa Fe, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, segundo semestre, 2007 (pp. 123-154).

⁸² Dos ex-integralistas, algumas figuras tomaram caminhos progressistas, tais como Santiago Dantas, ministro de relações exteriores do presidente João Goulart, cujas reformas de base foram apoiadas por Roland Corbisier; por sua vez Dom Hélder Câmara, abraçou a causa dos pobres e aderiu à Teologia da Libertação. Outros tomaram o caminho da direita: o General Olympio Mourão Filho, ex-coordenador das milícias integralistas, não só conspirou contra Goulart, como foi o primeiro militar a deslocar tropas para derrubá-lo em 1964; Miguel Reale contribuiu na elaboração da Constituição imposta pelos militares em 1969; e Plínio Salgado ingressou no partido do regime militar, a ARENA, do qual chegou a vice-líder na Câmara de Deputados.